


## A curricularização da extensão no contexto da educação a distância

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.015-022>

### **Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas**

Pós-doutora em Direito pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Doutora e Mestre em Direito Privado pela PUC Minas. Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Gama Filho. Especialista em Educação a Distância pela PUC Minas. Especialista em Ciências Criminais pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus. Bacharel em Administração de Empresas e Direito pela Universidade FUMEC. Professora no Centro Universitário Una. Professora-Adjunta na pós-graduação da PUC Minas. Educadora na Ânima Educação. Servidora Pública Federal do TRT da 3ª Região.

E-mail: [claudia.viegas@animaeducacao.com.br](mailto:claudia.viegas@animaeducacao.com.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7461-1005>

### **Denise Campos**

Doutora em Currículo pela PUC-SP. Mestrado em História do Brasil pela PUC-SP. Especialista em Currículos Integrados pela Universidad de Valencia - Espanha. Especialista em Gestão da Atenção à Saúde pela Fundação Dom Cabral e Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Sírio Libanês. Especialista em Administração Escolar e Coordenação Pedagógica pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP. Pesquisadora na área de Educação e Currículo.

Possui Licenciatura em História pelas Faculdades da Zona Leste e Licenciatura em Pedagogia pela PUC-SP. Desde 1990 é professora universitária. É consultora para implementação de Currículos Integrados com portfólio de trabalhos em IES de todo o Brasil. Atualmente, é Vice-presidente Acadêmica da Ânima Educação.

E-mail: [denise.campos@animaeducacao.com.br](mailto:denise.campos@animaeducacao.com.br)

### **Rodrigo Neiva**

Diretor de Integração Curricular na Anima Educação. Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUC SP. Pesquisador do Centro de Pesquisas Sociossemióticas - CPS, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Graduado em Comunicação Social e Gastronomia, Especialista em Gestão Estratégica de Marketing e Mestre Comunicação Social, com área de concentração em Interações Midiáticas pela PUC Minas. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação no Centro Universitário de Belo Horizonte (Unibh), Centro Universitário Una (BH) e Universidade São Judas (SP). Experiência na Gestão Acadêmica, liderando processos de redesenho de currículo, metodologias, capacitação docente, autorização e reconhecimento de cursos de graduação.

E-mail: [rodrigo.neiva@animaeducacao.com.br](mailto:rodrigo.neiva@animaeducacao.com.br)

---

### **RESUMO**

As práticas educacionais evoluíram ao longo do tempo, sobretudo, por conta dos desafios enfrentados pelos educadores, que, constantemente, precisam combinar fatores que envolvem a formação humana inserida num contexto de uma sociedade imperfeita e contraditória entre si.

**Palavras-chave:** Educação a distância, Educadores, Formação humana.



## 1 INTRODUÇÃO

As práticas educacionais evoluíram ao longo do tempo, sobretudo, por conta dos desafios enfrentados pelos educadores, que, constantemente, precisam combinar fatores que envolvem a formação humana inserida num contexto de uma sociedade imperfeita e contraditória entre si.

Nessa perspectiva, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e a extensão vem passando por intensa ressignificação, desde que o Plano Nacional de Educação (PNE/MEC - 2014-2024), determinou a obrigatoriedade de que pelo menos 10% dos créditos curriculares, na graduação, sejam cumpridos em atividades extensionistas.

Cumprindo a disposição descrita na Resolução CNE 7/2018, as Instituições de Ensino Superior (IES) buscaram adequar seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), visando garantir formas de cumprimento da extensão, por meio de programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços que impactem a comunidade local.

Destarte, não há dúvida de que a curricularização da extensão tenha sido uma oportunidade para as instituições de ensino superior aprimorassem a estrutura curricular e a formação dos estudantes que optam pela EaD, objeto de nosso estudo. No entanto, restam os desafios na sua implementação, especialmente, considerando a obrigatoriedade de cumprimento presencial das práticas extensionistas realizadas no âmbito dos cursos superiores da modalidade EaD.

Desta feita, por meio de técnica dedutiva e bibliográfica, utilizando-se, sobretudo, de dados evolutivos da extensão universitária, serão apontados os desafios que envolvem a integração presencial da extensão universitária realizada, em região compatível com o polo de apoio presencial, no qual o estudante esteja matriculado, concluindo, ao final, que as práticas híbridas são capazes de fortalecer a inter-relação entre ensino, pesquisa e extensão dos cursos superiores em EaD.

## 2 A INTERFACE DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: CONCEITO E EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A extensão universitária é uma importante atividade acadêmica desenvolvida pelas instituições de ensino superior, com o objetivo de promover a interação entre os discentes, docentes e a comunidade, buscando aplicar o conhecimento produzido na academia para resolver problemas sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Essa interação pode ocorrer por meio de projetos, cursos, eventos, programas e prestação de serviços que envolvem a participação dos estudantes, docentes e técnicos da universidade, bem como membros da comunidade externa do entorno da universidade.

Para além de atender às necessidades sociais, será possível personalizar o ensino-aprendizagem, tratando individualmente os estudantes que tem apropriação assimétrica e desigual do



conhecimento, das ciências, das tecnologias, proporcionando aperfeiçoamento e capacitação personalizada para lidar com problemas complexos, reais, sociais e ambientais.

Lado outro, considerando que as pessoas não são metaforicamente uma página em branco e aprendem de forma diversificada, a extensão universitária pode fomentar as potencialidades e o desenvolvimento autônomo dos estudantes, colocando-o frente a uma realidade social que pode ser alterada, a partir da prática dos seus conhecimentos adquiridos na vida e no curso, ou seja, a comunidade acadêmica contribui para uma sociedade justa e igualitária.

Desta feita, a Extensão Universitária é considerada uma das funções indissociáveis da IES, a qual objetiva promover o desenvolvimento social, por meio da implementação de atividades extensionistas, que conjugam os saberes e fazeres populares, garantindo os valores democráticos de respeito à dignidade da pessoa humana, não discriminação, igualdade e sustentabilidade ambiental e social.

A extensão universitária não é recente, uma vez que já havia notícias de suas primeiras manifestações na Inglaterra, na segunda metade do século. Evando Mirra (2009) detalha a respeito:

A Universidade de Cambridge, em 1871, foi provavelmente a primeira a criar um programa formal de “cursos de extensão” a ser levados por seus docentes a diferentes regiões e segmentos da sociedade. Começando por Nottingham –a terra de Robin Hood -, Derby e Leicester, seus cursos de Literatura, Ciências Físicas e Economia Política logo angariaram vasta clientela e, em pouco tempo, atingiam todos os recantos do país. Quase ao mesmo tempo outra vertente surgia em Oxford, com atividades concebidas como uma espécie de movimento social voltado para os bolsões de pobreza. As primeiras ações tiveram lugar em Londres e logo se expandiram para regiões de concentração operária. Os trabalhadores das minas de Northumberland, por exemplo, contrataram em 1883 uma série de cursos de história. O século de Péricles foi apresentado no centro manufatureiro de Sheffield, a tragédia grega foi oferecida aos mineiros de carvão de Newcastle e aula de Astronomia aos operários de Hampshire (MIRRA, 2009, p.77).

Na sequência, a prática extensionista se espalhou por todo o continente europeu, Inglaterra, Bélgica, Alemanha, chegando aos Estados Unidos, com a *American Society for the Extension of University Teaching*, a qual impulsionou as atividades de extensão, pioneiramente, na Universidade de Chicago, em 1892 (MIRRA, 2009).

Observam-se, pois, raízes da extensão universitária no final do século XXIII, no entanto, foi, a partir do século do século XIX, que as instituições de ensino superior começaram a se engajar em atividades de serviço à comunidade, especialmente, nos campos da agricultura, engenharia e medicina, concentrando-se em transferir conhecimento técnico para melhorar a vida das comunidades locais.

Na sequência, Ana Luiza Cunha (2020) destaca que, durante o Movimento de Educação Popular, a extensão universitária se expande e, na década de 1920 e 1930, desempenha um papel fundamental na disseminação do conhecimento para além dos muros das instituições de ensino superior, por meio de programas de alfabetização, cursos de educação continuada e serviços de saúde comunitária.



A consolidação da prática extensionista ocorreu no Pós-Segunda Guerra Mundial, época em que programas de desenvolvimento comunitário, assistência técnica e capacitação profissional se tornaram comuns, cumprindo a missão das IES, com foco renovado na resolução de problemas sociais, econômicos e tecnológicos.

No entanto, a institucionalização e o reconhecimento acadêmico da extensão universitária somente ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, quando houve a criação de departamentos ou unidades dedicadas exclusivamente às atividades extensionistas, a inserção de créditos acadêmicos específicos, bem como a inclusão de cursos de extensão nos currículos universitários.

Nas últimas décadas, a extensão universitária diversificou suas atividades para abranger uma ampla gama de áreas, incluindo Educação Ambiental, Direitos Humanos, Inclusão Social, Empreendedorismo, as Relações Étnico-Raciais e de gênero, dentre outras. Além disso, houve um aumento na colaboração internacional, com projetos de extensão envolvendo parcerias com instituições e comunidades em todo o mundo.

Atualmente, há uma ênfase crescente na avaliação do impacto das atividades de extensão universitária, bem como na promoção da sustentabilidade dos projetos a longo prazo. Isso envolve a medição dos resultados alcançados, a participação ativa das comunidades beneficiárias e o desenvolvimento de estratégias para garantir a continuidade às iniciativas.

Em resumo, a extensão universitária passou por uma evolução significativa ao longo do tempo, expandindo sua atuação, consolidando seu status acadêmico e diversificando suas atividades para atender às necessidades emergentes da sociedade, acreditando na transformação da sociedade, por meio do exercício responsável da cidadania.

Segundo Tuttman, a presença e a ausência da Extensão Universitária se relacionam com cada momento histórico condicionado por influências sociais, econômicas e políticas, as quais impactaram o papel atribuído às Instituições de Ensino Superior, no decorrer da história. Isso porque não se pode olvidar que a IES é também política e cultural, em muitos momentos, um espaço neoliberal que privilegia a pesquisa e forma recursos humanos para atender ao mercado de trabalho, em outros, adquire a face emancipadora, como espaço de múltiplos pensamentos e formações plurais, ganhando espaço como lugar de transformação social (TUTTMAN, 2004)

Considerando a importância da temática, torna-se essencial desenvolver um programa acadêmico cuidadoso que contemple a extensão universitária, prevendo atividades que impactem a vida acadêmica dos discentes, docentes e, ao mesmo tempo, cumpra a missão da Instituição de Ensino Superior de transformar o país pela educação.

Diante do contexto histórico apresentado, passa-se a verificar o processo de curricularização da extensão no sistema de ensino brasileiro.

### 3 A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO NO BRASIL

Considerando as Instituições de Ensino Superior como organizações sociais que acompanham a evolução e complexidade da sociedade contemporânea, emerge a cada dia a importância do seu papel de mediadoras didático-pedagógicas entre a ciência, a tecnologia e a sociedade.

Na realidade, nunca foi tão necessário refletir sobre a transformação da ciência e da educação como agora, no mundo cibernético do século XXI, formado de jovens que convivem com informações fragmentadas disponíveis a um clique, na internet, contudo, carregam em suas bagagens dúvidas e incertezas em relação ao seu futuro profissional.

Não obstante cada pessoa seja única e plural, há características comportamentais compartilhadas por uma geração, as quais devem ser consideradas no momento do planejamento de um ensino-aprendizagem de qualidade, ou seja, é necessário reconhecer os estudantes para propor atividades práticas que façam sentido para a comunidade acadêmica.

Cresce, nesse contexto, a compreensão de que a pesquisa e a extensão devem fazer parte do cotidiano dos cursos superiores a distância, inserindo-os no mesmo patamar dos cursos presenciais. A noção é que o discente do curso a distância tenha acesso às três áreas de atuação inerentes às instituições de ensino superior, quais sejam, ensino, pesquisa e extensão, de modo a oportunizar experiências sociais que permitam colocar em prática o conhecimento teórico adquirido na academia (CUNHA, 2024)

Seguindo essa perspectiva, a Lei n. 13.005/2014 aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE - 2014-2024) e determinou diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira, por um período de dez anos, estabelecendo, especificamente, na Meta 12, Estratégia 12.7, que as instituições de ensino superior devem “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014)

Por consequência do disposto no PNE, sobreveio a Resolução n. 7 de 18/12/2018 CNE/MEC definindo as diretrizes para a Curricularização da Extensão, na Educação Superior Brasileira, pelo qual se destacam os seguintes artigos, *in verbis*:

Art. 2º As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira regulamentam as atividades acadêmicas de Extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para os cursos, considerando-os em seus aspectos que se vinculam à formação dos estudantes, conforme previstos nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), e nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs) das entidades educacionais, de acordo com o perfil do egresso, estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos demais documentos normativos próprios.

Parágrafo único. As Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira também podem ser direcionadas aos cursos superiores de pós-graduação, conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição de educação superior.

Art. 3º. A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre



as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos.

[...]

Art. 8º. As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades: programas; projetos; cursos e oficinas; eventos; prestação de serviços (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2018).

Nessa perspectiva regulatória, as atividades de Extensão Universitária passaram a integrar às matrizes curriculares dos cursos de graduação, podendo ser desenvolvidas por meio de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, assessorias e consultorias nas áreas técnica, científica, artística, cultural e esportiva, organizadas nas linhas temáticas que podem envolver a Comunicação; a Cultura; os Direitos Humanos, a Justiça; a Educação; o respeito ao Meio Ambiente; a Saúde; a Tecnologia, as relações ético-raciais e indígenas, a Produção e o Trabalho digno, dentre outras, que se renovam conforme a sociedade brasileira se desenvolve.

E, para melhor desenvolvimento da extensão, os PDIs, PPCs e respectivos documentos normativos dos cursos superiores devem observar o disposto no art. 2º da referida Resolução, invocando diretamente a responsabilidade dos Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs e dos Colegiados de Curso, de assumir o protagonismo na aprovação de propostas de extensão, que façam sentido para meio em que estão inseridos.

Desse modo, atendendo o Plano Nacional de Educação (PNE) e o art. 19 da Resolução n. 7/2018 do Conselho Nacional de Educação, a partir do primeiro semestre letivo de 2023, no mínimo um décimo da carga horária do currículo dos cursos de graduação brasileiros, deve ser integralizado na forma de atividades de extensão, seja o curso presencial ou a distância.

Demonstrado o marco regulatório da extensão obrigatória, passa-se a analisar o cumprimento da extensão, no âmbito dos cursos superiores a distância.

#### **4 A EXTENSÃO DESENVOLVIDA NO ÂMBITO DOS CURSOS SUPERIORES EM EAD**

Antes de adentrar no tema central, necessário se faz tecer considerações sobre o conceito e impacto da EAD.

Pois bem.

No Brasil, o Decreto nº 9.057/2017 da Presidência da República, que regulamenta o artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), conceitua a educação a distância no seu art. 1º, *in verbis*:

Considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades



educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

A educação a distância, portanto, é a modalidade educacional em que docentes e discentes participam do processo de ensino-aprendizagem em lugares e tempos diversos, interagindo pelas mais diversas tecnologias de comunicação.

Tal mediação didática-pedagógica facilita e flexibiliza o acesso ao saber, sobretudo, pela quebra da barreira da distância geográfica e temporal entre docente, discente e IES, permitindo ao estudante a oportunidade de aprender em tempo e local que melhor lhe aprouver, por meio do manejo de ferramentas tecnológicas de interação, como fóruns de discussão, videoaulas, glossários e wikis, dentre outras.

Para Hack, a modalidade EaD é uma forma de ensinar e aprender que proporciona ao aluno que não possui condições de comparecer diariamente à escola a oportunidade de adquirir os conteúdos que são repassados aos estudantes da educação presencial (HACK, 2024)

Desse modo, a separação geográfica, a facilidade logística, o valor mais acessível da mensalidade e a liberdade para desenvolver atividades educativas assíncronas, em lugares e tempos diversos, durante todo o curso superior, são características marcantes da EaD, que levaram a um crescimento exponencial da modalidade.

Registra-se, por oportuno, que, de acordo com o Censo da Educação Superior divulgado em 10 de outubro de 2023, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e pelo Ministério da Educação - MEC, a modalidade EaD teve um aumento exponencial de 288,8% de matrículas, no intervalo de 2012 a 2022, estando presente em 3.219 municípios brasileiros e totalizando mais de 4 milhões de matrículas em 2022 (4.330.934) (INEP, 2024).

Como se observa, a EaD cresceu, sobretudo, por ser mais acessível e quebrar barreiras geográficas, circunstância que nos leva a buscar alternativas sobre a determinação regulatória de cumprimento presencial da carga horária de extensão nos cursos superiores a distância.

Destaca-se que, segundo o art. 9º da Resolução n. 7/2018 CNE:

Nos cursos superiores, na modalidade a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas, presencialmente, em região compatível com o polo de apoio presencial, no qual o estudante esteja matriculado, observando-se, no que couber, as demais regulamentações, previstas no ordenamento próprio para oferta de educação a distância (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2018, grifos acrescidos).

Considerando a determinação de que as atividades extensionistas sejam realizadas presencialmente, em região compatível com o polo de apoio presencial, no qual o estudante estiver matriculado, torna-se necessário orientar as ações dos polos de EaD, buscando aproximar o polo à comunidade acadêmica e local.



Somente, desse modo, será possível proporcionar atividades educativas que transformem cada polo de EaD em um local ativo do saber, da ciência e da tecnologia, proporcionando um encontro cultural de formação de profissionais, um espaço para discussão e reflexão de questões reais e atuais, levando a elucidar a comunidade sobre os problemas por ela vividos, fortalecendo a formação do discente e docente da graduação a distância (CUNHA, 2024).

Nesse cenário, a prática extensionista universitária em polos de educação de EaD tem sido uma abordagem desafiadora, que visa estender as atividades das IES para além de seus campi físicos, alcançando estudantes, docentes e comunidades em diversas regiões, por meio de plataformas digitais síncronas e polos de apoio presencial.

Isso porque, entendendo que a extensão cria oportunidade para estar à frente de nosso tempo, defende-se a prática de ações híbridas e flexíveis compostas de abordagens inovadoras e tecnológicas, na busca de soluções para os problemas da comunidade. Para Evandro José Lemos da Cunha (2024):

A construção do processo de trabalho extensionista, em um primeiro momento, é revelada como facilitadora para uma efetiva integração entre a instituição universitária e a comunidade com a qual ela se propõe interagir. Tal processo pressupõe difundir o conhecimento produzido dentro da universidade e, ao mesmo tempo, criar condições que possibilitem absorver o conhecimento e a cultura existentes nas comunidades selecionadas para a execução das propostas.

Em busca de estabelecer um diálogo que pressupõe essa ideia de mão dupla quando se pensa nas ações de Educação a Distância, torna-se necessário que se construa mecanismos de extensão universitária diferenciados com difusão e acesso à comunidade, que sejam tanto presenciais quanto de difusão tecnológica.

As propostas de extensão devem sempre considerar os polos (alunos e comunidade) como unidades únicas e especiais. A inserção da universidade nesses polos visa contribuir para sua transformação através da prática cotidiana de pesquisa, ensino e extensão, mas, fundamentalmente, abrir-se, também, ela mesma, na busca de se transformar e absorver novos conhecimentos. Como bons exemplos, podemos citar as propostas de integração do saber acadêmico com o saber popular, a democratização do conhecimento, o desenvolvimento da consciência social, o respeito e a difusão das raízes culturais das comunidades e as propostas de interiorização da educação, saúde e qualidade de vida. Nessas situações tanto o ensino a distância como a extensão podem estabelecer ações transformadoras (CUNHA, 2024).

Levando em conta a necessidade de construção de mecanismos de extensão universitária diferenciados, com difusão e acesso à comunidade, torna-se imprescindível que a organização do trabalho extensionista seja institucionalizado e operacionalizado, sob a forma de cursos, programas, projetos e serviços que proporcionem um diálogo com vários segmentos da sociedade local.

Nessa perspectiva, os cursos de extensão universitária podem ser ofertados de forma híbrida, por meio de plataformas de aprendizado virtual, permitindo que os estudantes participem de atividades síncronas de educação continuada, capacitação profissional, aperfeiçoamento em línguas, entre outros, sem a necessidade de estar fisicamente no campus. Nesse particular, importante ressaltar que os cursos oferecidos devem ser relacionados com os problemas sociais do entorno dos polos de EaD, os quais os estudantes estão vinculados, criando comunidades de aprendizagem que terão contato com realidades sociais diversificadas.





Com efeito, não se pode perder a riqueza que a hibridez proporciona, sobretudo, considerando a possibilidade de realização de “cursos de extensão síncronos”, com acompanhamento ao vivo do docente, sendo uma grande oportunidade de aperfeiçoamento e atualização de conhecimento em novas áreas de formação.

Além disso, na hibridez, é possível otimizar a utilização dos espaços da IES, reproduzindo atividades síncronas em ambientes digitais, de modo a criar comunidades de aprendizagem, que, em seguida, podem fazer parte de projetos e outras experiências presenciais, que coloquem em prática os conhecimentos adquiridos nos respectivos cursos de extensão. Trata-se de aplicação de uma extensão integrada, uma prática que deve ser bem delineada e articulada no planejamento da IES.

Por oportuno, cita-se Lévy, que, ao analisar o futuro dos sistemas de educação e de formação na cibercultura, ressaltou sobre uma nova relação com o saber, influenciado pelas novas tecnologias que alteram as funções cognitivas humanas. Para o autor, as tecnologias intelectuais favorecem:

- Novas formas de acesso à informação: navegação por hiperdocumentos, caça à informação através de mecanismos de pesquisa, knowbots ou agentes de software, exploração contextual através de mapas dinâmicos de dados,
- Novos estilos de raciocínio e de conhecimento, tais como a simulação, verdadeira industrialização da experiência do pensamento, que não advém nem da dedução lógica nem da indução a partir da experiência (LEVY, 1999. p. 157).

Desse modo, o uso de plataformas digitais síncronas, no campo da extensão universitária, pode promover impactos na formação do estudante de graduação a distância, ampliando conhecimentos e potencializando a construção de saberes coletivos, que envolvam diferentes regiões em um único momento.

Corroborando a noção de utilização de tecnologias nas práticas extensionistas, nos cursos de graduação em EaD, Carvalho, destaca:

No campo da extensão universitária a partir de uma concepção de universidade aberta, considerando o diferencial da Educação a Distância, é possível pensar - de uma forma participativa e menos dispendiosa do que os métodos educativos convencionais - uma infinidade de possibilidades de atividades, projetos e programas extensionistas voltados para alfabetização; incentivo à leitura; atividades de consultoria; acesso e democratização de informações, conhecimentos e práticas; capacitação técnica; inclusão digital; incentivo e desenvolvimento de pesquisas; realização de eventos culturais e científicos; gestão de recursos e empreendimentos; desenvolvimento de planos de ação; fortalecimento e promoção da cidadania e/ou cultura; criação de centros comunitários e/ou culturais; desenvolvimento de planos de prevenção e controle de doenças ou atividades não sustentáveis; produção de material didático-informativo; prestação de serviços nas esferas da saúde, meio ambiente (defesa e prevenção de problemas), educação e outros; promoção e apoio de oportunidades de trabalho e emprego; criação/ inovação de novas metodologias e tecnologias em diferentes áreas; promoção de ações de desenvolvimento técnico-científico, etc. Tudo isso facilitado por tecnologias virtuais, comunicação/educação via satélite, uso da internet, e outras facilidades tecnológicas que a EaD traz para a experiência educativa e que serve perfeitamente as propostas já mencionadas de extensão universitária (CARVALHO, 2024, grifos acrescidos)



Considerando a amplitude das redes sociais, a prática extensionista pode ser intermediada por um universo considerável de ferramentas comunicadoras, educativas, flexíveis e atualizadas, disponíveis de forma democrática aos atores do processo de ensino-aprendizagem. Tal realidade pode deixar a extensão universitária rica, eclética e impactante, compostas de combinações de experiências híbridas, que podem envolver um mix de atividades digitais e presenciais intercaladas entre si.

Além disso, os polos de EaD também podem ser sede para a realização de experiências extensionistas que articuladas sob a forma de eventos culturais e sociais; exposições; seminários temáticos que conscientizem a comunidade local sobre temas relevantes; oficinas práticas que complementem o conteúdo teórico dos cursos de extensão; workshops profissionalizantes, que promovam o treinamento e a capacitação voltada para o desenvolvimento de habilidades profissionais da comunidade, tais como técnicas de comunicação, gestão de projetos, gestão financeira, liderança humanizada; oficinas de orientação acadêmica para comunidade local, dentre outros assuntos, que proporcionem oportunidades de aprendizado e networking para estudantes, tutores, docentes e membros da comunidade local.

As IES também podem ofertar atividades extensionistas de assistência técnica em seus polos de EaD, deixando à disposição da comunidade local, consultorias, capacitações e serviços prestados pelos discentes.

Nesse caso, a extensão universitária pode abranger a “Assessoria Jurídica” gratuita para pessoas hipossuficientes que não têm acesso a recursos jurídicos; a “Assistência Médica” para comunidades carentes, prestando serviços nas clínicas de saúde gratuitas, campanhas de vacinação, exames de saúde preventivos e orientação sobre estilo de vida saudável; a “Consultoria Empresarial”, para pequenas empresas e empreendedores locais, ajudando-os a desenvolver planos de negócios, estratégias de marketing, gestão financeira, entre outros; a “Consultoria Fiscal”, proporcionando o atendimento fiscal à comunidade carente; a “Capacitação Técnica”, fornecendo treinamento técnico para trabalhadores locais em áreas como manutenção industrial, instalação elétrica, soldagem, entre outras; a “Assistência Social”, atuando como aconselhamento psicológico, orientação familiar, suporte a vítimas de violência doméstica, encaminhamento para serviços de saúde mental, etc.; as “Atividades de Desenvolvimento Agrícola”, oferecendo assistência técnica para agricultores locais, com orientação sobre práticas agrícolas sustentáveis, manejo de culturas, controle de pragas, gestão de recursos hídricos, entre outros; a “Assistência Ambiental”, por meio de projetos de extensão, que ajudem comunidades a enfrentar desafios ambientais locais, tais como promovendo a reciclagem, a conservação de energia, a limpeza de rios e praias ou esclarecer sobre educação ambiental, em geral.

Esses são apenas alguns exemplos de como a “Assistência Técnica e Prestação de Serviços” podem ser incorporados à extensão universitária executada nos polos de EaD, beneficiando as



comunidades locais e, ao mesmo tempo, proporcionando oportunidades de aprendizado prático para discentes e docentes.

As atividades culturais e artísticas também têm espaço nos polos de EaD, locais onde podem ser promovidas apresentações artísticas que estimulem a reflexão sobre temas relevantes para sociedade, exposições de protótipos e criações dos estudantes, apresentações teatrais, exibições de filmes, documentários, eventos musicais, enfim, experiências que podem contribuir para o enriquecimento cultural e o fortalecimento dos laços comunitários.

E não é só. Pensar no meio ambiente onde se vive, buscando criar novas atitudes e comportamentos frente ao consumismo exacerbado, também é uma excelente oportunidade para desenvolver projetos de extensão impactantes nos polos de EaD.

Nesse particular, o estudante ficará de frente com os problemas ambientais de sua comunidade, podendo fazer relatórios e registros fotográficos, para, em seguida, elaborar um projeto de intervenção, informando a sociedade local sobre os comportamentos prejudiciais ao meio ambiente e sugerindo mudanças de comportamentos para uma vida saudável e sustentável. Uma intervenção interessante, nessa hipótese seria a oferta de minicursos, palestras e workshops promovidas pelos estudantes e docentes, que envolvam a educação básica nesse processo de conscientização ambiental.

Com efeito, a partir da observação do contexto em que se encontram inseridos, será possível identificar as percepções individuais dos estudantes em relação às condições ambientais dos locais em que vivem, para, em seguida, sugerir intervenções que possam contribuir ativamente para a sociedade local e para a formação dos graduandos, numa perspectiva de cidadania, estimulando o desenvolvimento de competências que contribuam para formação de valores éticos ambientais da coletividade.

Cumprido esclarecer, por fim, que a temática não é estanque e que essas são apenas sugestões pelas quais a prática extensionista universitária pode ser realizada em polos de EaD, oferecendo oportunidades híbridas, remotas e presenciais, de educação, pesquisa e serviço à comunidade, de modo a atingir um público mais amplo e diversificado.

Como se observa, a extensão no EaD desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social, na interação com a comunidade, na aplicação prática do conhecimento, no envolvimento cívico, no desenvolvimento profissional e na troca de conhecimentos, contribuindo para o fortalecimento da missão educacional da instituição e para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

## **5 CONCLUSÃO**

A Extensão Universitária, em síntese, relaciona-se com as ações planejadas pelas IES, que articulam o conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa ao atendimento das necessidades



da comunidade local, de modo a interagir e transformar a realidade social. Enfim, a extensão é uma forma de aprender com a mão na massa, ou seja, aprender agindo em prol do bem comum.

Nesse contexto, apresentou-se a curricularização da extensão, estratégia prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), regulamentada pela Resolução nº 7/2018 MEC/CNE/CES, consubstanciada na destinação de 10% da carga horária dos cursos de graduação para atividades de extensão, ação que deveria ter sido implementada em 2023, por todas as IES.

O objetivo central da integralização obrigatória da extensão é a formação integral dos estudantes para sua atuação profissional, tornando o ensino e a pesquisa elementos intrínsecos do aprendizado, buscando beneficiar a realidade da comunidade próxima às instituições. O envolvimento dos discentes com a sociedade se dá com a orientação de docentes focada na interação dialógica com os diversos setores da sociedade.

Nesse sentido, uma vez implantada a extensão, nos currículos em EaD, em algum momento de sua vida acadêmica, o estudante precisará se envolver com atividades de extensão relacionadas aos componentes curriculares do curso de graduação.

Demonstrou-se que as regras de creditação da extensão implicam em discussões complexas sobre matriz curricular, relação IES e sociedade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão. Isso porque a Curricularização da Extensão deve estar alinhada às propostas institucionais, inseridas nos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs), nos Projetos Políticos Institucionais (PPIs), além do estabelecido nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e demais documentos normativos específicos da IES.

O currículo das IES, nesse cenário, passou a ser concebido como um processo vivo, não linear, pelo qual se promove o aprendizado para além dos conteúdos das disciplinas, promovendo um espaço de produção de conhecimento coletivo, acompanhado de novas descobertas e questionamentos. Tal medida oferece aos estudantes um sólido e crítico processo de formação profissional, efetivando-se, assim, a flexibilização curricular na perspectiva de um currículo que rompe com a predominância de disciplinas e insere a transdisciplinaridade como eixo de referência do aprendizado.

Evidenciou-se, também, que a graduação em EaD exige um modelo operacional de extensão cuidadoso e desafiante, tendo em vista a sua obrigatoriedade de cumprimento presencial, vinculado aos diferentes polos em que os alunos estão matriculados.

Não obstante isso, foram apresentadas propostas de práticas híbridas que convergem para a formação do discente, por meio de planejamento, diagnósticos e intervenção na sociedade, que podem ocorrer na presencialidade ou intermediadas por ferramentas tecnológicas, abrindo possibilidades para que as IES inovem seus currículos e cumpram seus compromissos regulatórios, por meio de experiências significativas, que ofertam às comunidades o melhor que o meio acadêmico pode produzir para o seu desenvolvimento e diminuição das diferenças sociais.

Nessa perspectiva, os cursos e projetos de extensão universitária podem ser ofertados de forma híbrida, por meio de plataformas de aprendizado virtual, permitindo que os estudantes fiquem de frente com os problemas da comunidade, participando de atividades síncronas de educação continuada, capacitação profissional, aperfeiçoamento em línguas, entre outros, sem a necessidade de estar fisicamente no campus.

Afirmou-se que, não se pode abrir mão da amplitude e dos benefícios do uso das tecnologias, na prática extensionista, pois esta pode ser intermediada por um universo considerável de ferramentas comunicadoras, educativas, flexíveis e atualizadas, disponíveis de forma democrática aos atores do processo de ensino-aprendizagem. Tal realidade pode deixar a extensão universitária rica, eclética e impactante, compostas de combinações de experiências híbridas, que podem envolver um mix de atividades digitais e presenciais intercaladas entre si.

Ademais, os polos de EaD podem ser sede para a realização de experiências extensionistas que articuladas sob a forma de eventos culturais e sociais; exposições; seminários temáticos que conscientizem a comunidade local sobre temas relevantes; oficinas práticas que complementem o conteúdo teórico dos cursos de extensão; workshops profissionalizantes, que promovam o treinamento e a capacitação voltada para o desenvolvimento de habilidades profissionais da comunidade, tais como técnicas de comunicação, gestão de projetos, gestão financeira, liderança humanizada; oficinas de orientação acadêmica para comunidade local, dentre outros assuntos, que proporcionem oportunidades de aprendizado e networking para estudantes, tutores, docentes e membros da comunidade local.

Assim, a partir do engajamento dos estudantes e docentes, por meio de ferramentas online e presenciais, torna-se possível gerar projetos extensionistas híbridos e pragmáticos, que desenvolvam competências técnicas e socioemocionais dos estudantes e, ao mesmo tempo, contribuem para o bem comum da comunidade local.

Portanto, o processo da curricularização da extensão foi um importante caminho para o desenvolvimento da comunidade acadêmica com um todo, tanto na modalidade presencial quanto no EaD, possibilitando um real diálogo entre o ensino, a pesquisa, a prática extensionista e o comprometimento do estudante com a sociedade.

Contudo, o êxito do processo extensionista depende da inserção de atividades impactantes para a comunidade acadêmica e social, bem como de avaliações contínuas que busquem o aprimoramento da articulação do ensino e pesquisa, da qualificação docente, da formação discente, de parcerias firmes com a sociedade, tudo isso visando contribuir para a formação profissional, integral, ética e humanística dos estudantes.

Conclui-se, dessa forma, que, ao se comunicar com a realidade local, regional ou nacional, a IES terá a possibilidade de renovar constantemente sua própria estrutura, currículo e ações, permitindo a democratização dos conhecimentos dos diversos cursos e áreas, conduzindo-os para o atendimento



de problemas sociais, culturais e econômicos do nosso país. Enfim, transformando o país pela educação.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República – Casa Civil. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. Decreto n. 9.057/2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm). Acesso em 06 mar. 2024.

BRASIL. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação 2014-2023. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm)>. Acesso em: 05 mar. 2024.

CARVALHO, Vilson Sérgio. O papel da educação a distância na extensão universitária. In Anais do Congresso ABED 2015. Disponível em: <[https://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD\\_333.pdf](https://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_333.pdf)>. Acesso em 31 mar. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE – 2014-2024. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em 30 mar. 2024.

CUNHA, Ana Luiza. Salgado; MONTRONE, Aida Victória Garcia; COSTA, Glauber Barros Alves (Des)encontros da extensão universitária com a educação popular na Universidade Federal de São Carlos. ISSN 1982-7199 |DOI: <http://dx.doi.org/10.14244/19827199395>. Revista Eletrônica de Educação, v.14, 1-20, e3951126, jan./dez. 2020.

CUNHA. Evandro José Lemos da. O desenvolvimento das ações de extensão em educação a distância nas universidades públicas brasileiras. In: Extensão Universitária na Ead: Desafios e experiências da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão. Disponível em: [https://www.ufmg.br/ead/wp-content/uploads/Extens%C3%A3oEad\\_comcapa.pdf](https://www.ufmg.br/ead/wp-content/uploads/Extens%C3%A3oEad_comcapa.pdf)>. Acesso em 31 mar. 2024.

HACK, Josias Ricardo. Introdução à Educação a Distância. Florianópolis. LLV/CCE/UFSC, 2011. 126 p. Disponível em: [file:///C:/Users/claudiav/Downloads/livro-introdu%C3%A7%C3%A3o-a-EAD%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/claudiav/Downloads/livro-introdu%C3%A7%C3%A3o-a-EAD%20(1).pdf)> Acesso em 19 fev. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resultado do Censo Educacional de 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>>. Acesso em 19 fev. 2024.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999. P. 157.

MIRRA, Evando. A Ciência que Sonha e o Verso que Investiga. São Paulo: Editora Papagaio, 2009.

TUTTMAN, M. T. Compromisso social da universidade: olhares da extensão. Rio de Janeiro, 2004.